



Recuperação Judicial promover, perante a Procuradoria-Geral da República, a Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União, a reavaliação dos termos de acordo de leniência entabulados, possibilitando-se a correção das ilicitudes e dos abusos identificados.

Esta Advocacia-Geral da União foi intimada do inteiro teor do decisum em 05/02/2024.

Na sequência, emitiu pronunciamento, na forma do PARECER n. 00010/2024/SGCT/AGU (doc. anexo), atestando a exequibilidade imediata da decisão prolatada, e afirmando que "a determinação de suspensão das obrigações pecuniárias alcançou apenas aquelas decorrentes do acordo de leniência celebrado entre a empresa Novonor S.A. em Recuperação Judicial e o Ministério Público Federal".

O referido opinativo jurídico teve ampla repercussão entre os veículos de imprensa brasileiros, indicando a relevância do caso.

Diante disso, em atenção ao princípio da segurança jurídica e a fim de tornar o cumprimento da decisão indene de quaisquer dúvidas seja por parte dos órgãos e/ou instituições cumpridores ou, até mesmo, da empresa requerente, solicita-se desse STF sejam prestados esclarecimentos a respeito dos limites objetivos da decisão, nos termos a seguir expostos.

Dentre os pedidos acolhidos pelo Ministro relator, encontra-se a suspensão das obrigações pecuniárias.

Sobre esse aspecto, a decisão determina a suspensão de "todas as obrigações pecuniárias decorrentes do acordo de leniência entabulado entre a empresa Novonor S.A. em Recuperação Judicial e o Ministério Público Federal".

Em outra oportunidade, o relator diz haver, no mínimo, "dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da

requerente ao firmar o acordo de leniência com o Ministério Público Federal que lhe impôs obrigações patrimoniais", o que justificaria, na visão do Ministro Dias Toffoli, "a paralisação dos pagamentos, tal como requerido pela Novonor."

Veja-se que a todo tempo a decisão faz menção única e exclusivamente ao acordo de leniência celebrado pela empresa Novonor e o Ministério Público Federal, indicando, por conseguinte, que a determinação de suspensão das obrigações patrimoniais teria abrangido apenas aquelas provenientes desta avença.

Na própria petição aviada pela empresa Novonor, pede-se sejam suspensas todas as obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência entabulado entre a Requerente e o Ministério Público Federal. Nesse sentido, confira-se a íntegra do pedido (grifos nossos):

[...]

À vista disso tudo, requer-se que:

(i) Seja franqueado à Requerente o acesso integral ao material colhido na Operação Spoofing;

(ii) Sejam suspensas todas as obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência entabulado entre a Requerente e o MPF até que a Novonor consiga analisar todo o material relacionado à Operação Spoofing, de modo que possam ser empregadas as providências devidas frente às fundadas suspeitas de vício na celebração das referidas avenças, decorrente de atos praticados por autoridades envolvidas na sua negociação e execução; e

(iii) Seja autorizado à Requerente promover, perante a Procuradoria-Geral da República, a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, a reavaliação dos

termos dos Acordos de Leniência entabulados, possibilitando-se a correção das ilicitudes e dos abusos identificados.

Como se observa, o pedido da empresa Novonor também foi no sentido da suspensão apenas das obrigações decorrentes do acordo de leniência celebrado com o Ministério Público Federal. Pelo menos, foi o que constou da petição da empresa requerente, e que, portanto, foi submetido à análise desse STF, no bojo da Petição nº 11.792/DF.

Partindo dessas premissas, nada mais natural que seja adotada como melhor interpretação do decisum a de que permanecem integralmente hígidos os acordos de leniência celebradas pela empresa Novonor com a Controladoria-Geral da União e com a Advocacia Geral da União, tal como constou do PARECER n. 00010/2024/SGCT/AGU.

Ante o exposto, com vistas a eliminar quaisquer pontos de dissenso a obstar o pleno e integral cumprimento desse provimento jurisdicional, requer desse STF sejam prestados esclarecimentos a respeito do alcance da decisão de 31/01/2024, notadamente sobre a manutenção das obrigações pecuniárias relativas aos acordos de leniência celebradas pela empresa Novonor com a Controladoria-Geral da União e com a Advocacia-Geral da União.”

É o relatório. Fundamento e decido.

Bem examinados os autos, ressalto, inicialmente, que os fundamentos das decisões por mim proferidas em sede de cognição sumária e que autorizaram, a título provisório e precário, a suspensão do pagamento das obrigações pecuniárias referem-se **exclusivamente** aos acordos de leniência firmados com o Ministério Público Federal.

De fato, os vícios apontados pelas empresas requerentes e que estão vinculados ao material apreendido na Operação Spoofing **não** se referem

a atuação da Advocacia-Geral da União e da Controladoria-Geral da União.

Note-se, ademais, que os acordos de leniência entabulados pela AGU e pela CGU não ostentam, de acordo com a exposição inicial das empresas requerentes, os mesmos vícios apontados nos acordos firmados pelo MPF, seja no que no tocante à declaração de vontade, seja na arrecadação e na destinação de bens e recursos amealhados pelos referidos acordos.

No ponto, o pedido da Novonor para que seja autorizada a reavaliação dos termos dos Acordos de Leniência entabulados com a CGU e a AGU, apontam, em princípio, para a possibilidade de correções decorrentes de sobreposições e paralelismos.

Feitas essas brevíssimas observações, reafirmo que **apenas autorizei a reavaliação** dos termos dos Acordos de Leniência firmados com a Controladoria-Geral da União e com a Advocacia-Geral da União, tal como consta do pedido originalmente formulado pela própria requerente.

Assim, **não houve** deliberação sobre a **suspensão das obrigações pecuniárias** relativas aos referidos acordos celebrados pela empresa Novonor com a Controladoria-Geral da União e com a Advocacia-Geral da União.

Por fim, aproveito o ensejo para deixar consignado que, superados os entraves técnicos para o fornecimento de cópia integral do material apreendido na Operação Spoofing às empresas requerentes (e-Doc. 74 e E-Doc. 78), fica fixado o prazo de **60 (sessenta) dias úteis** para que as partes apresentem nova manifestação nos autos, independentemente de intimação, a fim de que seja possível deliberar sobre a manutenção ou não da medida de suspensão do pagamento de obrigações pecuniárias.

Publique-se.

Brasília, 8 de fevereiro de 2024.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

*Documento assinado digitalmente*